

**EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 006/2024
PARA CONCESSÃO DE PREMIAÇÃO CULTURAL A AGENTES, GRUPOS,
COLETIVOS E ORGANIZAÇÕES RELACIONADAS AO HIP HOP DA PARAÍBA**

“PRÊMIO HIP HOP PARAÍBA”

O Governo do Estado da Paraíba, por meio da Secretaria de Estado da Cultura, em consonância com a Lei nº 14.399, de 08 de julho de 2022; o Decreto Federal nº 11.740, de 18 de outubro de 2023; o Decreto Federal nº 11.453, de 23 de março de 2023; a Lei Estadual nº 10.325, de 11 de junho de 2014; o Decreto Estadual nº 44.802, de 04 de março de 2024; o Processo Administrativo nº SCT-PRC-2024/XXXXX; e o Parecer nº XXX/PGE/X-2024, regido pelos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência e da transparência, promulga, através deste Edital de Chamamento Público, o regulamento para a concessão de premiação cultural a agentes, grupos, coletivos e organizações relacionadas à expressão cultural do Hip Hop - Prêmio Hip Hop Paraíba.

1. DA JUSTIFICATIVA

- 1.1.** O **Prêmio Hip Hop Paraíba** configura-se como uma ação de incentivo ao setor cultural fundamentado no inciso III do art. 5º e nos artigos 7º e 12 da Lei nº 14.399, de 08 de julho de 2022, que instituiu a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, com ênfase no reconhecimento das trajetórias de agentes, grupos, coletivos e organizações relacionadas à expressão cultural do Hip Hop que demonstrem e comprovem contribuição ao desenvolvimento artístico, estético, social e cultural da Paraíba.
- 1.2.** A modalidade de concessão de premiação cultural por meio de chamamento público visa reconhecer relevante contribuição de agentes ou iniciativas culturais, com natureza jurídica de doação sem encargo, sem estabelecimento de obrigações futuras, em conformidade com o art. 41 do Decreto nº 11.453, de 23 de março de 2023.
- 1.3.** O fomento de que trata este Edital adota o princípio da valorização do trabalho, dos profissionais e dos processos do fazer artístico e cultural e tem como objetivo democratizar, descentralizar e desburocratizar o fomento à produção cultural, previstos respectivamente no inciso X do art. 3º e no inciso VI do art. 4º da Lei nº 10.325, de 11 de junho de 2014, que dispõe sobre a Política Estadual de Cultura da Paraíba.
- 1.4.** A previsão deste Edital consta no Plano de Anual de Aplicação de Recursos (PAAR) aprovado pelo Conselho Estadual de Política Cultural e suas definições construídas colaborativamente com entidades relacionadas ao setor, conforme preconizam a Lei nº 14.399, de 08 de julho de 2022 e o Decreto Federal nº 11.740, de 18 de outubro de 2023.

2. DO OBJETO

- 2.1.** Constitui-se como objeto deste Edital a seleção e premiação de 160 (cento e sessenta) artistas, agentes, grupos, coletivos e organizações relacionadas à expressão cultural do Hip Hop no âmbito do estado da Paraíba, conforme critérios estabelecidos no certame.

3. DAS DEFINIÇÕES

3.1. Esse Edital adota as seguintes definições:

3.1.1. **DJ:** profissional com atuação no segmento musical. Possui habilidades em mixagem, beatmaker, seleção de faixas e turntablism por meio da fusão de batidas, samples e scratches.

3.1.2. **MC:** profissional com atuação no segmento musical. Possui habilidades poética e performática por meio da expressão vocal distinta e fluência rítmica.

3.1.3. **Artista do graffiti:** profissional com atuação no segmento das artes visuais. Possui habilidades em aerografia, graffiti, desenho, muralismo, stencil e freestyle, por meio do uso de spray, látex, canetão, colagem de stickers, entre outras ferramentas.

3.1.4. **B-Boy e B-Girl:** profissional com atuação no segmento da dança. Possui habilidade técnica de expressão corporal marcada por movimentos fluidos e acrobáticos, notadamente nos gêneros breaking, popping e locking.

3.1.5. **Agente Hip Hop:** profissional com atuação em saraus, batalhas, pesquisas, publicações, trabalhos acadêmicos e projetos educativos e sociais em ambientes como escolas, prisões, centros de internação, centro de estudos, entre outros.

3.1.6. **Mestre e Mestre Hip Hop:** profissional ou agente cultural cujo trabalho e atuação nos últimos vinte anos seja reconhecido como de relevante contribuição ao desenvolvimento da cultura Hip Hop na Paraíba.

3.1.7. **Iniciativa coletiva:** ações e eventos relacionados ao slam, rap, graffiti, danças urbanas, DJs e MCs, que comprovante atuação em conjunto de, no mínimo, 02 (dois) anos

4. DOS VALORES

4.1. Este certame prevê um investimento total de **R\$ 1.000.000,00** (um milhão de reais).

4.2. Os recursos previstos neste Edital serão distribuídos da seguinte forma:

4.2.1. **R\$ 600.000,00** (seiscentos mil reais) para a premiação de DJs, MCs, Artistas do Graffiti, B-Boys, B-Girls, Agentes Hip Hop e Mestres e Mestras Hip Hop, conforme condições definidas neste Edital; e

4.2.2. **R\$ 400.000,00** (quatrocentos mil reais) para a premiação de iniciativas coletivas, conforme condições definidas neste Edital.

- 4.3.** Na hipótese de não haver quantitativo suficiente de projetos aptos a fazer jus ao montante inicialmente disponibilizado nos itens 4.2.1 ou 4.2.2, poderá ser realizada a redistribuição de saldos existentes para o item de maior demanda, conforme condições definidas neste Edital.
- 4.4.** Os recursos financeiros para a provisão deste Edital correrão à conta do Fundo de Incentivo à Cultura Augusto dos Anjos, na função programática 13.392.5009.4243.0287.0000 - Incentivo à Produção Artística e Cultural e natureza de despesa 3.3.90.31.01 (Premiações Culturais).

5. DAS AÇÕES AFIRMATIVAS

5.1. Este Edital adota um conjunto interseccional de ações afirmativas, conforme disposto no inciso VI do art. 15 e os artigos 2º e 6º da Instrução Normativa nº 10, de 28 de dezembro de 2023, do Ministério da Cultura, a saber:

5.1.1. Cotas regionais;

5.1.2. Cota de 25% (vinte e cinco por cento) para propostas cujo proponente ou equipe seja composta majoritariamente por pessoas negras;

5.1.3. Cota de 10% (dez por cento) para propostas cujo proponente ou equipe seja composta majoritariamente por pessoas indígenas;

5.1.4. Cota de 5% (cinco por cento) para propostas cujo proponente ou equipe seja composta majoritariamente por pessoas com deficiência; e

5.1.5. Critérios diferenciados de pontuação para propostas cujo proponente ou equipe seja composta majoritariamente por um dos grupos abaixo identificados:

a. mulheres;

b. pessoas LGBTQIAPN+;

c. pessoas idosas;

d. pessoas em situação de rua; ou

e. membro de povos e comunidades tradicionais de que trata o § 2º do art. 4º do Decreto Federal nº 8.750, de 9 de maio de 2016.

5.2. Na hipótese de não haver projetos aptos em número suficiente para o preenchimento de uma das categorias de cotas de que tratam os itens 5.1.2, 5.1.3 e 5.1.4, os recursos remanescentes serão destinados às demais categorias.

- 5.3. Na hipótese de o número de projetos permanecer insuficiente para o preenchimento das cotas de que tratam os itens 5.1.2, 5.1.3 e 5.1.4, os recursos reservados serão destinados à ampla concorrência, desde que na mesma Regional de Cultura.
- 5.4. Na hipótese de o número de projetos permanecer insuficiente para o preenchimento das cotas de que tratam os itens 5.1.2, 5.1.3 e 5.1.4 e 5.3, os recursos serão destinados às Regionais de Cultura que apresentem proporcionalmente as maiores demandas em relação ao número de inscrições.
- 5.5. Agentes, grupos, coletivos e organizações que optarem por sistema de ações afirmativas deverão preencher e enviar autodeclaração e eventuais documentações complementares conforme disponível no Anexo 1 - Autodeclaração para Ações Afirmativas.
- 5.6. Havendo denúncia sobre o falseamento de dados ou de informações relacionadas a proponentes cujo projeto tenha sido eventualmente selecionado por meio do sistema de ações afirmativas, deverá ser instaurado procedimento administrativo de investigação.
- 5.7. Superado o direito à ampla defesa e ao contraditório, constatada eventual irregularidade na utilização do sistema de ações afirmativas, o proponente deverá ser acionado judicialmente através da Procuradoria Geral do Estado (PGE), incluindo o ressarcimento do recurso financeiro eventualmente repassado e o impedimento de participar de editais no âmbito da Secretaria de Estado da Cultura.

6. DAS CATEGORIAS E DESTINAÇÃO DAS VAGAS

- 6.1. Este Edital contempla as seguintes categorias:

CATEGORIAS					
Categoria	Descrição	Quantidade de prêmios	Valor da premiação	Proponente	
				Pessoa Física	Pessoa Jurídica
A	Perfil Individual	120	R\$ 5.000,00	Sim	Não
B	Perfil Coletivo	40	R\$ 10.000,00	Sim	Sim

- 6.2. A “Categoria A - Perfil Individual” compreende DJs, MCs, Artistas do Graffiti, B-Boys, B-Girls e Agentes Hip Hop que comprovem atuação no Hip Hop no estado da Paraíba há, no mínimo, 02 (dois) anos.
- 6.2.1. No caso de Mestres e Mestras Hip Hop, a comprovação de atuação no Hip Hop no estado da Paraíba deve ser de, no mínimo, 20 (vinte) anos.
- 6.3. A “Categoria B - Perfil Coletivo” compreende ações e eventos relacionados ao slam, rap, graffiti, danças urbanas, DJs e MCs, que comprovante atuação em conjunto de, no mínimo, 02 (dois) anos.
- 6.4. Considerando a previsão de cotas regionais e cotas étnico-sociais, serão oportunizadas as seguintes vagas no presente Edital:

Regional	Categoria	Ampla Concorrência	Pessoas Negras	Pessoas Indígenas	Pessoas com Deficiência	Total
1ª	A	26	11	5	3	45
	B	8	3	2	2	15
2ª	A	6	3	1	1	11
	B	2	1	1	0	4
3ª	A	14	6	2	1	23
	B	5	2	1	0	8
4ª	A	2	1	0	0	3
	B	1	0	0	0	1
5ª	A	3	1	0	0	4
	B	1	0	0	0	1
6ª	A	4	1	1	0	6
	B	1	1	0	0	2
7ª	A	3	1	0	0	4
	B	1	0	0	0	1
8ª	A	3	1	0	0	4
	B	1	0	0	0	1
9ª	A	3	1	1	0	5
	B	1	1	0	0	2
10ª	A	3	1	1	0	5
	B	1	1	0	0	2
11ª	A	2	1	0	0	3
	B	1	0	0	0	1
12ª	A	3	2	1	1	7
	B	1	1	0	0	2
Total	-	96	40	16	8	160

7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 7.1. Podem se inscrever neste Edital pessoas físicas e pessoas jurídicas com e sem fins lucrativos, de natureza cultural, residentes ou sediadas no estado da Paraíba.
- 7.2. Ficam impedidas de se inscrever neste Edital as pessoas físicas ou pessoas jurídicas cujos membros sejam pareceristas de propostas ou integrantes da Fundação Espaço Cultural da Paraíba (Funesc), Fundação Casa de José Américo (FCJA), Fundação Ernani Sátiro (Funes), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (Iphaep) e Secretaria de Estado da Cultura (Secult), sendo os membros desta última também impedidos de participar de iniciativas beneficiadas no âmbito deste Edital.
- 7.3. Não serão selecionados proponentes que no ato da inscrição não tenham apresentado prestação de contas, relatório ou eventual devolução de recurso, quando for o caso, no âmbito das Leis nº 14.017, de 29 de junho de 2020 (Lei Aldir Blanc) e Lei Complementar nº 195, de 08 de julho de 2022 (Lei Paulo Gustavo).

8. DAS INSCRIÇÕES

- 8.1. A inscrição neste Edital é gratuita e deverá ser realizada das **08h00 de 02 de abril de 2024 às 18h00 de 02 de maio de 2024**, exclusivamente pela internet.

- 8.2. As inscrições serão realizadas por meio da Plataforma Prosas (prosas.com.br/editais) e todas as informações estarão disponíveis no site da Secretaria de Estado da Cultura da Paraíba (cultura.pb.gov.br).
- 8.3. No ato de preenchimento do formulário de inscrição o proponente deverá optar por uma das categorias relacionadas no item 6.1 deste Edital e anexar a respectiva documentação obrigatória.
- 8.4. Somente será aceita uma inscrição por proponente.
- 8.5. No ato de preenchimento do formulário de inscrição o proponente deverá informar o seu número de identificação na Plataforma Mapa Cultural (mapacultural.pb.gov.br).
- 8.6. A inscrição do proponente implicará na aceitação das normas, prazos e condições estabelecidas neste regulamento, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

9. DO CRONOGRAMA

Etapa	Período
Período para impugnação	27/03/2024 a 02/04/2024
Período de inscrições	02/04/2024 a 03/05/2024
Divulgação do resultado preliminar da Etapa de Habilitação	20/05/2024
Período para interposição de recurso	20/05/2024 a 24/05/2024
Divulgação do resultado final da Etapa de Habilitação	27/05/2024
Divulgação do resultado preliminar da Etapa de Análise de Objeto	21/06/2024
Período para interposição de recurso	21/06/2024 a 28/06/2024
Divulgação do resultado final	02/07/2024
Período de assinatura dos Recibos de Premiação e pagamentos	02/07/2024 a 31/07/2024

- 9.1. As datas constantes no cronograma são passíveis de reajustes, sendo de total responsabilidade do proponente acompanhar a atualização dessas informações através do site cultura.pb.gov.br.

10. DO PROCESSO DE SELEÇÃO

- 10.1. O processo de análise e seleção das propostas ocorrerá em observância às seguintes etapas:
- 10.1.1. Habilitação, onde será verificada a regularidade fiscal e documental do proponente; e
- 10.1.2. Análise de Objeto, onde será atribuída nota e emitido parecer por parte da Comissão de Seleção.

11. DA HABILITAÇÃO

- 11.1. No ato da inscrição, os proponentes deverão encaminhar a documentação referente à etapa de habilitação, conforme previsto no Anexo 2 - Documentação obrigatória para a Etapa de Habilitação.

- 11.2.** O envio da documentação de que trata o item 11.1 será realizado no ato da inscrição.
- 11.3.** O envio de documentação incompleta, ilegível ou rasurada ensejará na inabilitação do proponente.
- 11.4.** O resultado provisório da etapa de Habilitação será divulgado no site cultura.pb.gov.br e deverá informar eventuais razões de inabilitação, quando for o caso.
- 11.5.** Do resultado provisório será facultado o direito à interposição de recurso por meio de formulário virtual disponibilizado no site prosas.com.br.
- 11.5.1.** A interposição de recurso de que trata o item 11.5 não permite o envio de material complementar, sendo restrita ao pedido de reavaliação do material previamente apresentado.
- 11.6.** A coordenação do edital analisará os recursos interpostos e fará o julgamento dos pedidos de reconsideração nos casos procedentes de reavaliação.
- 11.7.** O resultado final da etapa de habilitação será publicado no site cultura.pb.gov.br.
- 12. DA ANÁLISE DE OBJETO**
- 12.1.** No ato da inscrição, os proponentes deverão encaminhar a documentação referente à análise de objeto, conforme previsto no Anexo 3 - Documentação obrigatória para a etapa de Análise de Objeto.
- 12.2.** Os projetos habilitados serão analisados por uma Comissão de Seleção que disporá de coordenador, assistentes e pareceristas com notório saber, contratados especialmente para estas funções, em quantidade necessária à dupla análise de cada proposta submetida.
- 12.3.** Os trabalhos da Comissão de Seleção serão registrados em ata assinada pelo respectivo coordenador e encaminhada ao Secretário de Estado da Cultura, para a devida tomada de decisão.
- 12.4.** Os pareceristas deverão emitir parecer qualitativo e atribuir nota para cada projeto, de acordo com os critérios e sistema de pontuação abaixo:

Item	Critérios	Sistema de Pontuação		
		Pontuação Máxima	Peso	Resultado
1	Proponente comprova atuação no segmento Hip Hop de até 5 anos (0,5), entre 6 e 10 anos (1,0), entre 11 e 15 anos (1,5), entre 15 e 20 anos (2,0) ou mais de 20 anos (2,5).	2,50	2	5,00
2	Proponente comprova que tem residência, sede ou espaço de atuação localizado em favela, comunidade periférica ou zona rural.	1,00	1	1,00
3	Proponente comprova que ministra, realiza ou participa de ações que contribuam para a formação e a transmissão de conhecimento no segmento Hip Hop.	1,00	1	1,00
4	Proponente comprova que realiza ou participa de projetos, iniciativas e atividades de promoção da cultura Hip Hop nos últimos 02 (dois) anos.	1,00	1	1,00
5	Proponente comprova que já se apresentou em outro estado (0,25), entre 2 e 3 estados (0,50), entre 4 e 5 estados (0,75) ou mais de 5 estados (1,00).	1,00	1	1,00
6	Proponente apresenta cartas e declarações de reconhecimento por seu trabalho no segmento Hip Hop emitida por instituições públicas e privadas.	1,00	1	1,00
Total				10,00

- 12.5.** Proponentes optantes pelo sistema de ações afirmativas, conforme previsto no 5.1.5, receberão pontuação adicional de 0,5 (cinco décimos), acrescida à nota de avaliação.
- 12.5.1.** Eventual pontuação adicional de que trata o item 12.5 somente será implantada em propostas que não tenham atingido o teto de 10,0 (dez) pontos.
- 12.6.** O resultado provisório da etapa da Análise de Objeto será divulgado no site cultura.pb.gov.br.
- 12.7.** Do resultado provisório será facultado o direito à interposição de recurso por meio de formulário virtual disponibilizado no site prosas.com.br.
- 12.7.1.** A interposição de recurso de que trata o item 12.7 não permite o envio de material complementar, sendo restrita ao pedido de reavaliação do material previamente apresentado.
- 12.8.** A coordenação do edital analisará os recursos interpostos e fará o julgamento dos pedidos de reconsideração nos casos procedentes de reavaliação.
- 12.9.** Havendo empate na totalização dos pontos, o desempate beneficiará o proponente que tenha apresentado maior pontuação no item 1. Persistindo o empate, serão observados os itens subsequentes e, em caso de empates insanáveis, será adotado o critério de maior idade do proponente pessoa física ou representante de pessoa jurídica.
- 12.10.** O resultado final da etapa da Análise de Objeto será divulgado no site cultura.pb.gov.br e no Diário Oficial do Estado, organizado por regional, categoria, cota étnico-social, CPF/CNPJ, nome do proponente, município, nota de avaliação, pontuação adicional e nota final, do qual não caberá recurso.
- 12.11.** Serão selecionadas as propostas que receberem as melhores notas dentro da quantidade de vagas disponíveis por Regional de Cultura, categoria e cota étnico-social.
- 12.12.** Para fins de cadastro de reserva será elaborada lista com até 05 (cinco) suplentes observada a ordem de pontuação. Em caso de desistência ou impossibilidade de assinatura do Recibo de Premiação por parte de proponente inicialmente selecionado, serão convocados suplentes seguindo-se o mesmo critério da ordem de seleção.
- 13. DA ASSINATURA DO RECIBO DE PAGAMENTO DE PREMIAÇÃO**
- 13.1.** Em conformidade com o art. 42 do Decreto nº 11.453, de 23 de março de 2023, a Gerência Executiva de Fomento e Economia Criativa da Secretaria de Estado da Cultura da Paraíba encaminhará o Recibo de Pagamento de Premiação por meio do site prosas.com.br, sendo de responsabilidade do proponente devolvê-lo assinado no prazo estabelecido.
- 13.2.** É de exclusiva responsabilidade do proponente a assinatura e devolução do Recibo de Pagamento de Premiação, sob pena de desclassificação e convocação de projeto suplente.

14. DA CONVOCAÇÃO DE SUPLENTES

- 14.1. Constatada a eventual desclassificação de proponente inicialmente selecionado, deverá ser convocado proponente suplente respeitada a devida ordem de pontuação.
- 14.2. Os suplentes a serem chamados nos casos descritos acima deverão seguir o regramento definido no item 13, em prazo estipulado pela Comissão de Seleção.

15. DO PAGAMENTO

- 15.1. A Gerência Executiva de Fomento e Economia Criativa, por meio da Comissão Gestora do Fundo de Incentivo à Cultura Augusto dos Anjos, autorizará o pagamento da premiação em parcela única, em conta corrente indicada pelo proponente no ato da inscrição.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 16.1. Considerada a inexistência de obrigações futuras a serem impostas ou assumidas pelos agentes premiados, fica dispensada a exigência de prestação de contas.
- 16.2. O ônus decorrente da participação neste Edital, incluídas as despesas com cópias, serviços postais e emissão de documentos é de exclusiva responsabilidade do proponente.
- 16.3. É de responsabilidade da Secretaria de Estado da Cultura da Paraíba o acompanhamento, a supervisão e a fiscalização de todos os atos administrativos do presente Edital, podendo tomar providências em caso de eventuais irregularidades constatadas a qualquer tempo.
- 16.4. É de responsabilidade do proponente manter a regularidade fiscal até o momento do pagamento.
- 16.5. Eventuais casos omissos constatados nas etapas de Habilitação e Análise de Objeto serão resolvidos pela Comissão de Seleção durante as reuniões para avaliação e julgamento dos pedidos de reconsideração.
- 16.6. Eventuais dúvidas poderão ser dirimidas através do e-mail pnab@cultura.pb.gov.br.
- 16.7. Os anexos abaixo são partes integrantes deste Edital e estarão disponíveis no site cultura.pb.gov.br.
- 16.7.1. Anexo 1 - Autodeclaração para ações afirmativas;
- 16.7.2. Anexo 2 - Documentação obrigatória para a etapa de habilitação;
- 16.7.3. Anexo 3 - Documentação obrigatória para a etapa de análise de objeto; e
- 16.7.4. Anexo 4 - Modelo de Declaração de Representatividade para Grupos Informais.

João Pessoa, XX de março de 2024